



REDD+ no Estado do Acre: Premiando um pioneiro de conservação florestal e desenvolvimento sustentável.

O Programa REDD Early Movers (REM) trabalha com remuneração por resultados de redução do desmatamento





REDD+ no Estado do Acre:

Premiando um pioneiro de conservação florestal e desenvolvimento sustentável.

O Estado do Acre: um pioneiro na conservação da floresta

O Estado do Acre é pioneiro mundial em conservação florestal. Localizado no sudoeste da Amazônia brasileira, o Estado tem demonstrado alto comprometimento e liderança no desenvolvimento com baixo nível de desmatamento. Desde 1998, o Governo do Estado do Acre vem criando instituições públicas e adotando um abrangente conjunto de políticas que apoiam a conservação florestal, o uso sustentável da terra e os incentivos para o desenvolvimento sustentável, com forte foco nas co-

munidades que dependem da floresta, incluindo os povos indígenas e seringueiros.

Em 2010, o Governo do Acre criou o Sistema Estadual de Incentivos a Serviços Ambientais (SISA) para fomentar a manutenção e ampliação de serviços ambientais. O primeiro programa implementado no âmbito do SISA é o Programa ISA Carbono que visa proporcionar um marco para a redução de emissões por desmatamento e degradação florestal (REDD). Desde 2005, o Acre conseguiu reduzir o desmatamento significativamente.

O apoio da Alemanha ao Acre

Reconhecendo a liderança ambiental do Acre e suas conquistas na redução do desmatamento, o Governo alemão apoia o Governo do Estado do Acre no fortalecimento da proteção de florestas e do clima, em alinhamento às políticas nacionais brasileiras. Como um componente-chave desta parceria, os dois governos concordaram em realizar um projeto piloto de um sistema REDD+ baseado em resultados, no contexto da Cooperação Oficial de Desenvolvimento (ODA): Alemanha fornece financiamento para as reduções de emissões que foram alcançadas como resultado da redução de desmatamento no Estado do Acre.

Em 2012, o Ministério Federal de Cooperação Econômica e Desenvolvimento (BMZ)

comprometeu um valor de 16 milhões de euros para o financiamento baseado em resultados, implementado através do Programa Global REDD Early Movers (REM) de 2012-2017. Em 2013, o Ministério Federal do Ambiente, da Conservação da Natureza, da Construção e da Segurança Nuclear (BMUB) fortaleceu o Programa com adicionais 9 milhões de euros de remuneração de resultados.

O presente boletim informativo apresenta uma síntese das principais características da primeira fase do Programa REM no Acre, Brasil, detalhando as condições para o financiamento baseado em resultados, a gestão de fundos e investimentos, bem como as primeiras lições da implementação.

O Programa REDD Early Movers (REM)

Lançado na Conferência Rio+20 em junho de 2012, o Programa REM é uma iniciativa inovadora da Cooperação Oficial de Desenvolvimento Alemã que recompensa os pioneiros na conservação florestal e mitigação das mudanças climáticas. Destina-se a países ou jurisdições subnacionais que anteciparam iniciativas para proteger as florestas. O Programa fornece pagamentos baseados em desempenho para redução de emissões por desmatamento verificadas, tornando-se assim uma iniciativa piloto de REDD de acordo com as decisões assumidas na Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre Mudança do Clima (UNFCCC).

O Programa, encomendado pelo Ministério Alemão de Cooperação e Desenvolvimento Econômico (BMZ), está sendo executado conjuntamente pelo Banco de Desenvolvimento KfW e pela Agência Alemã de cooperação Internacional (GIZ). Em dezembro de 2012, o Estado do Acre foi o primeiro a receber recursos financeiros baseado em resultados para reduções de emissões verificadas. Em 2013 e 2014, foram celebrados acordos com o Equador e a Colômbia, respectivamente. O Programa REM não participa de nenhuma negociação ou compensação de emissões de gases de efeito estufa, nem apoia mecanismos de mercado. O Ministério alemão do Meio Ambiente, da Conservação da Natureza, da Construção e da Segurança Nuclear (BMUB) busca parcerias com outros financiadores internacionais, inicialmente a Noruega e o Reino Unido, e está aberto para desenvolver uma cooperação mais ampla.

Objetivo

O objetivo do Programa REM no Acre é apoiar a redução de emissões por desmatamento no Estado. Para tanto, o Programa REM implementa ações financiadas com base no desempenho de REDD+, em coerência com a Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre Mudança do Clima (UNFCCC), que contribuem à proteção das florestas e do clima.

Desta forma, a remuneração de resultados de REDD+ apoia o Acre na conservação e

restauração de suas florestas e consolidação de suas políticas e programas para proteção do clima. Os recursos são utilizados para fortalecer o Sistema de Incentivos a Serviços Ambientais (SISA) e proporcionar, aos atores locais que trabalham em prol da conservação da floresta e aqueles atores que continuam reduzindo o desmatamento, incentivos e benefícios tangíveis.

O que é compensado?

O Programa compensa as reduções de emissões provenientes da redução de desmatamento bruto a um valor de cinco dólares norte-americanos por

tonelada de dióxido de carbono equivalente. Os pagamentos deste acordo são baseados em reduções de emissões obtidas entre 2011 e 2015.

Como são calculadas as reduções de emissões?

As reduções de emissões são calculadas a partir da conversão da cobertura florestal no território da jurisdição do Estado do Acre.

Como padrão, as mudanças da cobertura florestal são medidas em relação a um nível de referência, estabelecido com base nas taxas anuais do desmatamento histórico. No caso do Programa REM no Acre, isso significa que o desmatamento ocorrido durante um "ano florestal" (de agosto a julho) no período 2011-2015 é comparado com a

taxa média do desmatamento ocorrido durante o período de referência (2001-2010). A diferença constitui então a base para os resultados de reduções de emissões (RE).

Para assegurar a compatibilidade dos níveis de referência do Acre com o nível nacional, o REM opera com base na mesma metodologia e dados (PRODES/INPE) utilizados para estabelecer o Nível de Referência do Fundo Amazônia.

Como base para pagamentos, o REM apenas considera uma RE abaixo da média histórica. Para se qualificar para pagamento, o resultado de RE precisa ser:

- **Medido** com base na área florestal e na alteração da área ("dados de atividades") em relação ao nível de referência na região de referência (Estado do Acre), determinado por imagens de satélite e dados sobre estoques de carbono ("fatores de emissão")
- **Reportado**, isto é, a informação é compilada de forma completa e transparente
- **Validado** por um comitê científico, formado por cientistas nacionais e internacionais, seguindo o protocolo acordado
- **Registrado** em um sistema de registro para rastrear e evitar a dupla contagem
- **"Aposentado"**, o que significa que as reduções

de emissões não podem ser mais usadas como compensações de carbono para negociação ou cumprimento. O REM não compra créditos de carbono, nem realiza qualquer transferência de titularidade. Desta forma, o Brasil pode relatar a RE remunerada à UNFCCC como parte de sua contribuição nacionalmente determinada para a mitigação das mudanças climáticas.

REM não compensa o montante total de redução de emissões RE – apenas uma proporção correspondente as alocações para financiamento. Em dezembro de 2016, todos os fundos comprometidos (25 milhões de euros) foram desembolsados para o governo do Estado do Acre. REM compensou aproximadamente 16,5% da RE total do Acre no período 2011-2015, com 17,7% adicionais registrados e aposentados como mecanismo de gestão de riscos pelo Acre. O REM encoraja outros atores a recom-

Monitoramento florestal no Brasil

O Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (INPE) do Brasil recolhe dados sobre a mudança de cobertura florestal através do PRODES e produz, desde 1988, taxas anuais de desmatamento na Amazônia Legal. Estes números também são utilizados pelo Governo para o estabelecimento e implementação de políticas públicas de combate ao desmatamento.



Principais fatos sobre a Amazônia brasileira

- O Bioma Amazônia abrange 9 países e cobre uma área de 6,7 milhões de km² - cerca de duas vezes o tamanho da Índia.
- Cerca de 60% da maior floresta tropical do mundo está localizada no Brasil - ocupando aprox. 50% do território nacional.
- A Amazônia brasileira abriga um quarto das espécies terrestres do mundo, exerce 15% da fotossíntese terrestre e contém um enorme estoque de carbono - tudo isso contribuindo significativamente para os benefícios sociais e econômicos globais.

Principais fatos sobre o Estado do Acre

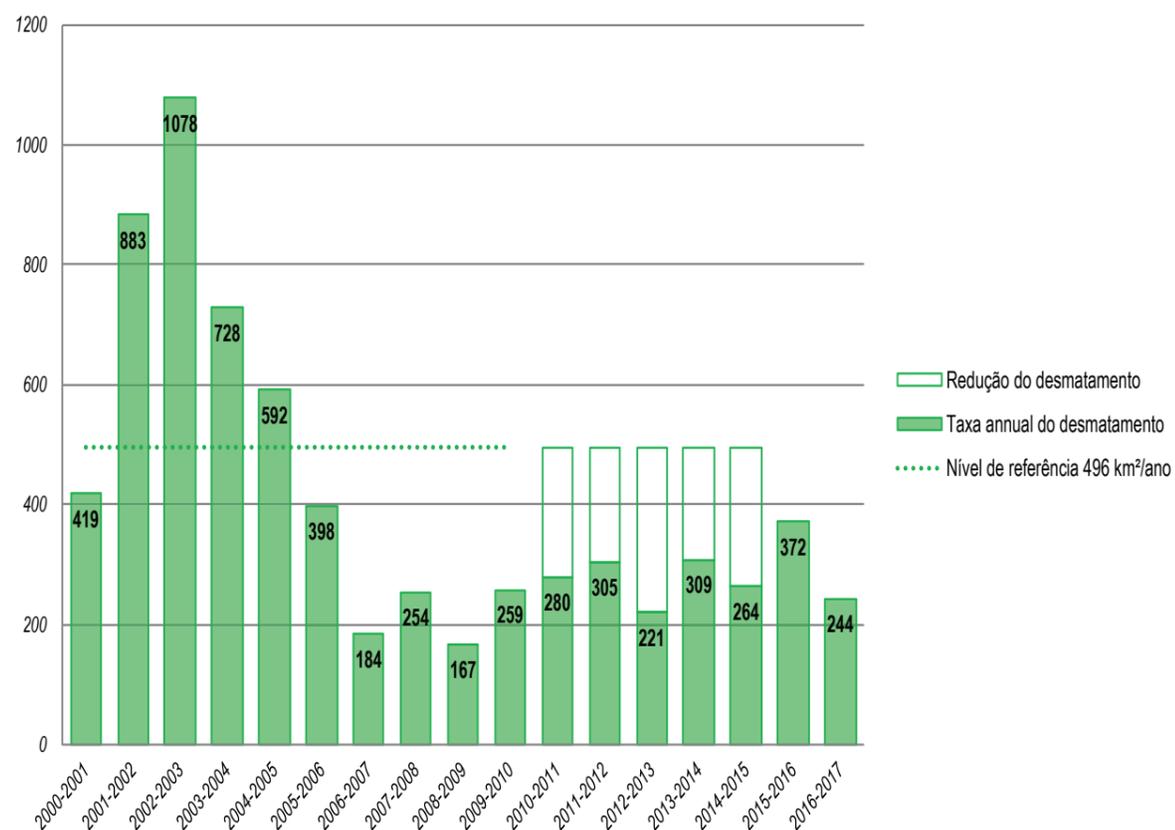
- Situado no Sudoeste da Amazônia brasileira, o Acre é um dos menores estados do Brasil. Com uma área de 164.123,7 km², o Estado ocupa apenas cerca de 2% do território brasileiro, mas é aproximadamente do tamanho do Nepal.
- Uma população diversa de aprox. 830.000 pessoas, dos quais aprox. 200.000 vivem em áreas rurais e aprox. 23.000 pertencem a povos indígenas.
- Os 14 milhões de hectares de floresta primária cobrem 87% do território do Acre. Áreas protegidas (97% cobertura florestal) e Terras Indígenas (98% cobertura florestal) abrigam mais da metade das florestas do Acre. As florestas remanescentes estão localizadas em terras privadas (78%), assentamentos rurais (58%) e áreas ainda não definidas (87%). Nessas categorias territoriais, as pressões de desmatamento são particularmente altas. Em resumo, apesar da pressão de desmatamento, 87% das florestas do Acre ainda estão em pé.
- Embora se observem melhorias gerais nas condições de vida, os indicadores sociais são relativamente baixos e as taxas de pobreza elevadas.

Dinâmica do Desmatamento na Amazônia

- O desmatamento foi desencadeado principalmente pela expansão da pecuária em grande escala. A agricultura e a construção de estradas, juntamente com o estabelecimento de assentamentos da reforma agrária, aceleraram ainda mais o desmatamento e a degradação florestal.
- Por meio de medidas de comando e controle, o desmatamento em larga escala foi, na sua maioria, interrompido. Ainda permanece o grande desafio para resolver o significativo desmatamento em pequena e média escala.

O Estado do Acre é um dos estados brasileiros com maior diversidade étnica. Há 15 Povos Indígenas, falantes das línguas Pano, Arawak e Arawa. As 36 terras indígenas ocupam 14% do território do Acre, uma extensão territorial de 2,4 milhões de hectares. Três grupos indígenas vivem em isolamento voluntário com contato inicial com outros grupos indígenas na fronteira do Acre com o Peru.

Contribuições do REM para RE geral do Acre no período 2010-2015



Chico Mendes e a defesa das florestas tropicais pelos seringueiros

Os seringueiros contribuíram significativamente para a importância do Brasil como produtor e exportador de borracha nos primeiros anos do século passado até 1910, quando a extração brasileira de borracha diminuiu devido à concorrência com a borracha asiática. Os seringueiros permaneceram na região e constituem hoje comunidades tradicionais da Amazônia que dependem da floresta.

Na década de 1980, os seringueiros, sob a liderança do Chico Mendes, se opuseram com sucesso contra o desmatamento no Acre. Em meio dos conflitos sobre o desmatamento, Chico Mendes foi baleado em 1988, aos 44 anos, chamando a atenção mundial para a luta dos seringueiros. Como resultado desse movimento social, foi instituído no Acre um novo tipo de área protegida, a Reserva Extrativista (RESEX), conciliando a conservação florestal com os direitos de uso da terra, onde os seringueiros poderiam viver suas vidas usando os recursos naturais

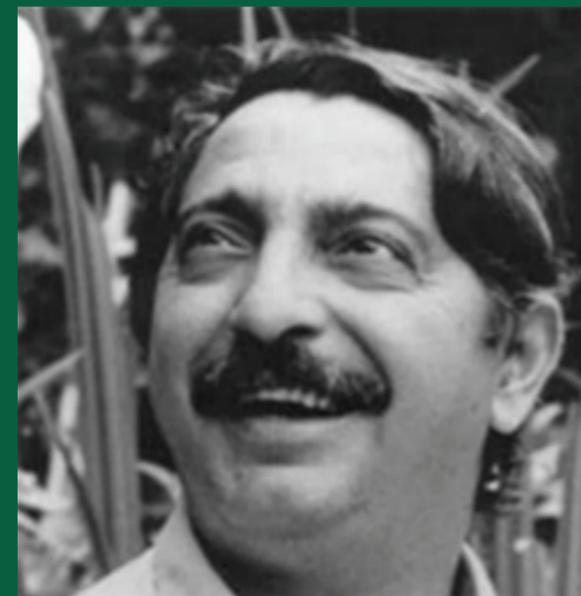


Foto: KfW / Bernhard Schurian

e praticar agricultura familiar. Desde então, foram criadas Reservas Extrativistas em toda Amazônia e outras regiões do Brasil que tem inspirado abordagens de conservação focadas na dimensão do desenvolvimento humano no mundo.

Linha de tempo dos marcos da política ambiental do Acre

1999	Início do primeiro "governo pró-floresta" (Governo da Floresta)
1999	Introdução do programa de incentivo da borracha nativa (Lei Estadual 1.277/ Lei Chico Mendes)
2000	Primeiro zoneamento ecológico-econômico (1: 1 milhão)
2001	Criação do Fundo Estadual de Floresta (FEF, Lei Estadual 1.426)
2002 - 2006	Política de Florestania (Pro-Florestania)
2007	Zoneamento Ecológico Econômico Fase II (1:250.000, Lei Estadual 1.904)
2004 - 2009	Etnozoneamento participativo, Desenvolvimento de Planos de Gestão Territorial e Ambiental das Terras Indígenas (PGTI)
2008	Programa Estadual de Certificação de Unidades Produtivas (Lei Estadual 2.025)
2010	Plano Estadual de Prevenção e Controle do Desmatamento do Acre, alinhado com o Plano do Governo Federal para toda a Amazônia (PPCDAm)
2010	Criação do SISA (Lei Estadual 2.308)
2011	Criação do Instituto de Mudanças Climáticas e Regulação de Serviços Ambientais (IMC), coordenando a implementação do SISA



SISA – uma estrutura inovadora para REDD+

A distinção do Acre como um “pioneiro” está embasada na sua experiência de longos anos de integrar políticas e programas intersetoriais dentro de uma abordagem de planejamento do uso da terra a favor das florestas. Em 2010, com base em um arcabouço de políticas e leis voltado para o uso responsável dos recursos e incenti-

vos ao desenvolvimento sustentável, o Governo do Estado do Acre criou o Sistema de Incentivos a Serviços Ambientais (SISA) com o objetivo de conservar e recuperar uma ampla gama de serviços ambientais. O primeiro programa a ser operacionalizado é ISA Carbono, relacionado com REDD+.

Base institucional para a implementação do REM

No âmbito do SISA, o Programa REM Acre Fase I foi implementado pela Secretaria Estadual de Meio Ambiente (SEMA) através do Instituto de Mudanças Climáticas e Regulação de Serviços Ambientais (IMC) e do Fundo Estadual de Floresta (FEF). O IMC, uma autarquia supervisionada pela SEMA, é responsável pela coordenação do SISA. O FEF era o mecanismo financeiro que administrava os fundos do REM durante a primeira fase. Por instrução do Comitê Executivo do SISA-REM, o FEF assinava acordos de cooperação com agências implementadoras no governo, ONGs e organizações de pequenos agricultores como base para a transferência de recursos, ligando diferentes programas e abordagens. Em alguns casos, foram organizados editais à apresentação de propostas. A distribuição do fundo é realizada de forma programática, orientada pelo esquema de repartição de benefícios acordado entre o REM e o Governo do Estado do Acre (veja nas páginas 14-18) e aprovado pela CEVA.

A CEVA (Comissão Estadual de Validação e Acompanhamento), um órgão de governança

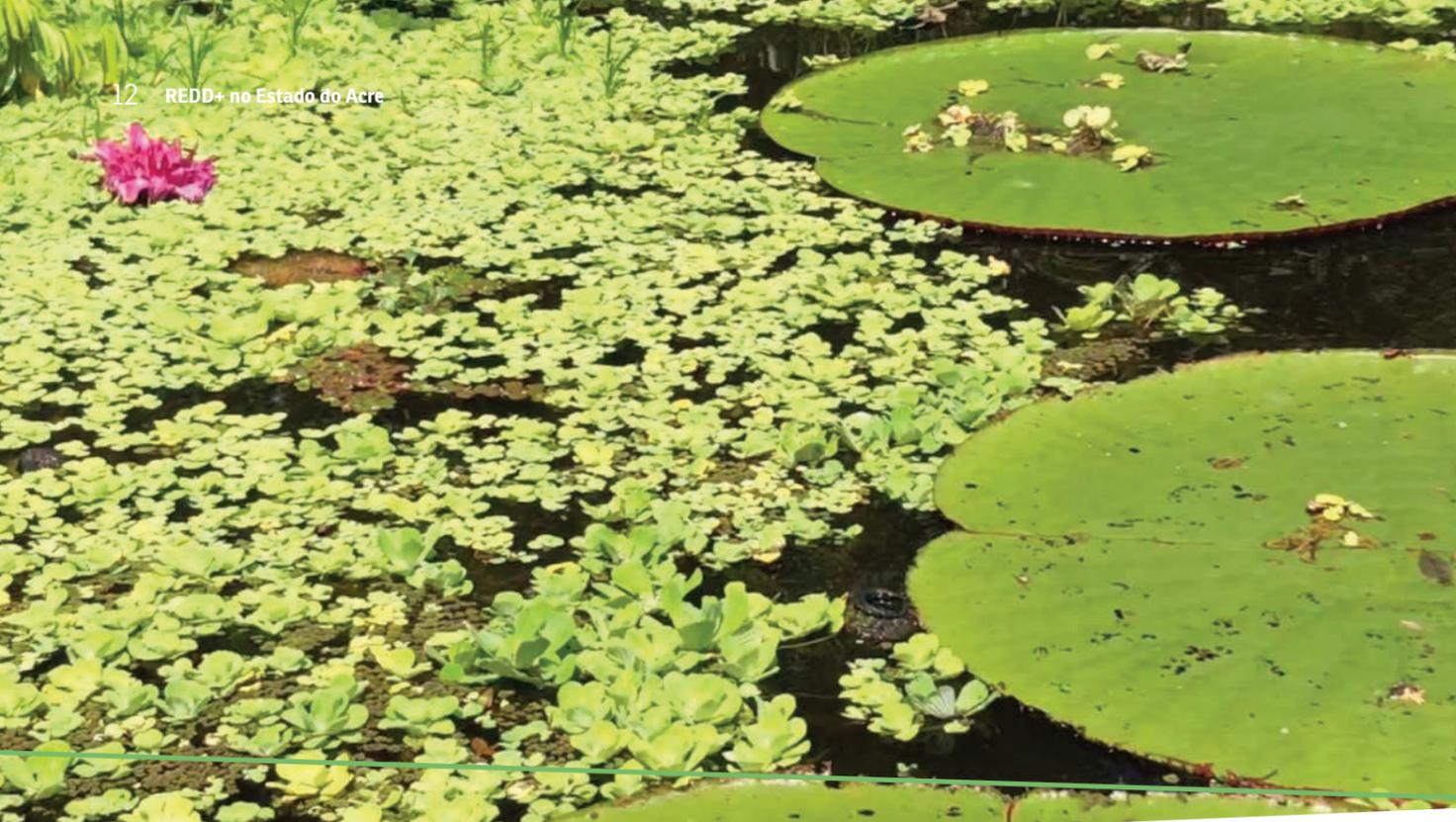
participativa, desempenha um papel central no SISA. Tem autoridade para aprovar planos de investimentos e operacionais, monitora a implementação geral do SISA e fornece uma plataforma para os insumos de diferentes grupos de trabalho (Povos Indígenas e mulheres). Além disso, o SISA instituiu também um Mecanismo formal de Reclamações no Ministério Público do Estado.

A CDSA (Companhia Estadual de Desenvolvimento de Serviços Ambientais) desenvolve novas estratégias de investimento e captação de recursos para o SISA, em colaboração com instituições públicas e privadas. É também responsável pelo registro das unidades de redução de emissões do Acre. A implementação global do SISA e do REM Acre Fase I foi supervisionada por uma Comitê Executivo, composto pelo IMC, o FEF, a CDSA, a Procuradoria Geral do Estado, além da Casa Civil do Governo e acompanhado pela CEVA.

Foram assinados 115 acordos de implementação, 52 com agências governamentais, 3 com ONGs e 60 com organizações de produtores e cooperativas.

Estrutura simplificada da governança do SISA

Controle Social e Validação	CEVA, GT Indígena, GT Mulher, Ouvidoria
Monitoramento e Regulação	IMC, Comitê Científico
Execução e Repartição de Benefícios	CDSA, FEF
Orientação Jurídica e Articulação	PGE, Casa Civil



Salvaguardar os direitos sociais e ambientais e promover cobenefícios

Para atingir seus objetivos sociais e ambientais, o Governo do Estado do Acre está desenvolvendo um arcabouço de salvaguardas para implementar o SISA de acordo com salvaguardas nacionais e internacionais, visando evitar impactos negativos para as pessoas e o meio ambiente, bem como promover cobenefícios.

Desde 2010, o Acre tem sido pioneiro na Iniciativa de Padrões Sociais e Ambientais para REDD+ (REDD+ SES). Após um processo participativo com múltiplos atores, o Acre, em 2015, foi a primeira jurisdição que desenvolveu e aplicou REDD+ SES, em um esforço de monitorar a implementação de salvaguardas no SISA e alinhá-las com as iniciativas internacionais de REDD+ (documentação completa do processo e relatórios estão disponíveis aqui: <http://www.redd-standards.org/countries/latina-america/state-of-acre-brazil>). Além disso, o Sistema estadual inclui os seguintes elementos:

- Vários princípios baseados em direitos estão contidos na Lei Estadual 2308 do SISA, garantindo o respeito e o fortalecimento da diversidade cultural, dos direitos dos Povos Indígenas e das

comunidades tradicionais, do uso sustentável dos recursos, bem como da justiça social e da equidade na repartição de benefícios.

- Mecanismo de Reclamações: em 2014, foi criada uma ouvidoria, vinculada à Secretaria Estadual de Meio Ambiente e Procuradoria Geral do Estado, com o objetivo de receber sugestões, reclamações, denúncias, bem como propostas de qualquer indivíduo ou entidade em relação ao SISA. Além disso, a Ouvidoria tem autoridade para mediar os conflitos que possam ocorrer entre os atores do SISA. (E-mail da Ouvidoria: ouvidoria.sisa@ac.gov.br)
- Consulta e Participação: antes da criação do SISA, a lei proposta foi amplamente consultada com os atores da sociedade civil. No que diz respeito a desenho, implementação e monitoramento do SISA, a estrutura de governança garante a participação de múltiplos atores.
- A transparência está integrada na estrutura institucional do SISA, proporcionando papéis e responsabilidades aos seus diferentes órgãos (CDSA, IMC, CEVA, FEF, Ouvidoria, comitê científico). Decisões importantes são dispo-

nibilizadas publicamente. Como requisito do Programa REM, auditorias independentes são realizadas regularmente.

- Clareza sobre os direitos à terra: informações básicas sobre a posse florestal estão disponíveis para cerca de 75% da área. As lacunas estão sendo continuamente abordadas através de programas em andamento.

Essas medidas anteciparam a implementação das salvaguardas acordadas no âmbito da UNFCCC. Na Conferência sobre Mudanças Climáticas de Cancún (2010), foram acordadas sete salvaguardas, estabelecendo princípios gerais para a implementação do REDD+, abordando a transparência, a participação dos atores interessados, a proteção da biodiversidade e dos serviços ecossistêmicos, o respeito aos direitos das comunidades indígenas e locais, os riscos de 'vazamento' e outros riscos para a integridade ambiental.

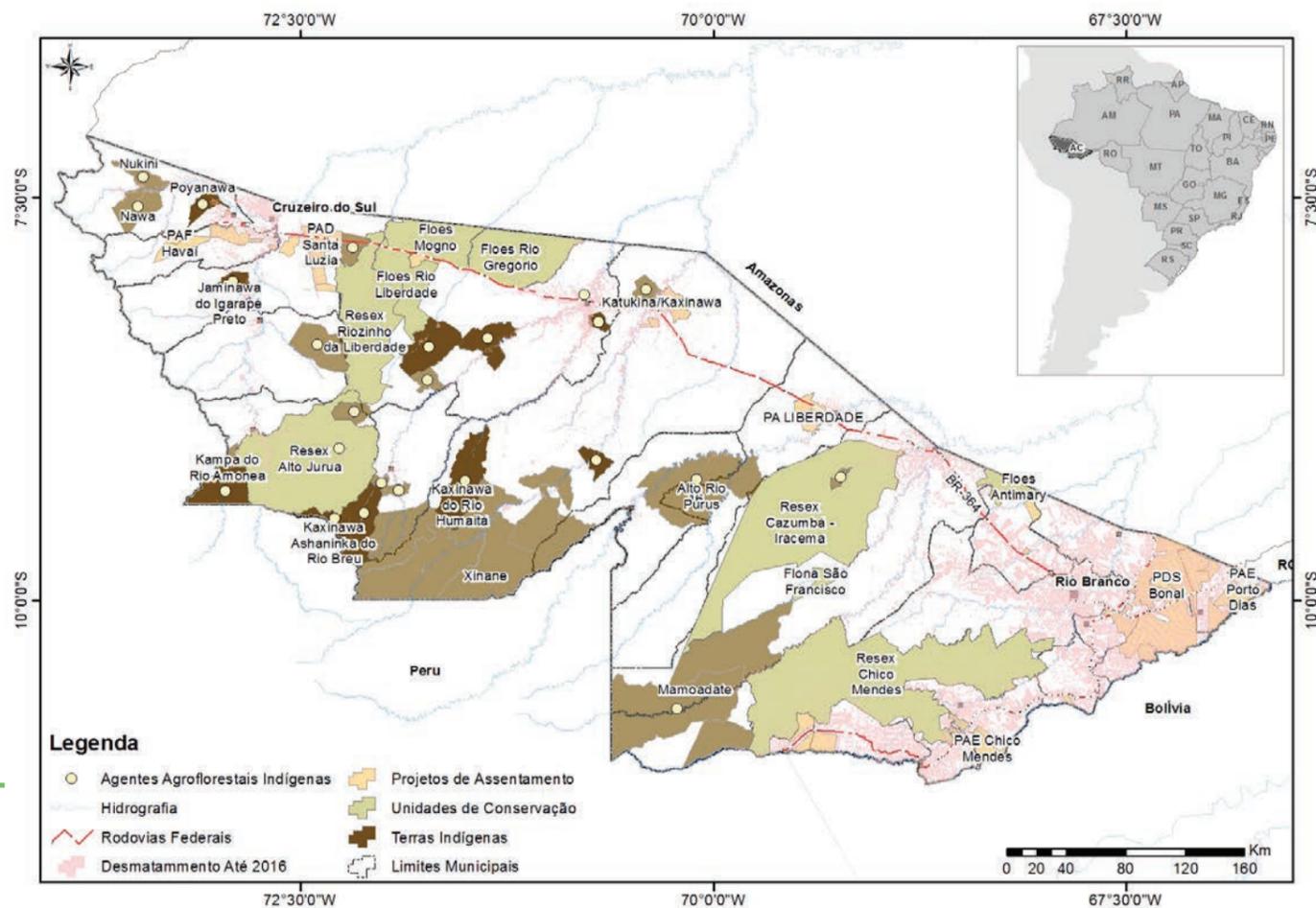
- Relatórios sobre Salvaguardas: Em 2015, o Brasil foi o primeiro país a apresentar um sumário sobre as salvaguardas à UNFCCC, detalhando como as salvaguardas de Cancún estão sendo tratadas e respeitadas (http://redd.unfccc.int/files/brazil_salvaguardas_summary_final20150508.pdf). Atualizações serão apresentadas bianualmente.

- Sistema de Informações de Salvaguardas (SIS): para sistematizar a comunicação de salvaguardas nacionais, o Brasil está desenvolvendo um Sistema de Informação de Salvaguardas, baseado em sistemas e fontes existentes. No futuro, o Resumo das Salvaguardas será gerado a partir das informações contidas no SIS.

A partir de 2016, os processos e sistemas de salvaguardas subnacionais do Acre estão sendo harmonizados e vinculados ao sistema nacional de salvaguardas.

Gestão de riscos e incertezas

Os parceiros concordaram com um mecanismo de gestão de riscos e incertezas: para cada tonelada de reduções de emissões recompensadas pelo REM, uma tonelada adicional é aposentada pelo Estado do Acre, considerada como contribuição própria do Acre para a parceria e um sinal de vontade política para a redução do desmatamento. Trata-se também de abordar os riscos de deslocamento do desmatamento para áreas fora da área de contabilidade ("vazamento"); a reversão das reduções de emissões (não permanência); e incertezas associadas à estimativa de reduções de emissões, por exemplo com relação aos dados de desmatamento e fatores de emissão.



Repartição de benefícios e investimentos

Os pagamentos baseados em resultados do REM são investidos de acordo com um esquema de repartição de benefícios acordado entre o governo estadual do Acre e a coordenação do Programa REM e validado pela CEVA (Comissão Estadual de Validação e Acompanhamento) do SISA.

Dentro do mecanismo de repartição de benefícios, uma grande proporção dos fundos é designada para beneficiar diretamente os atores no nível local: 70% dos fundos do BMZ e 90% dos fundos do BMUB. Os restantes 30% (BMZ) e 10% (BMUB) são utilizados para o fortalecimento institucional. A alocação leva em consideração aspectos adicionais, tais como outras fontes de financiamento e tendências recentes de desmatamento.

No Estado do Acre, os povos indígenas, seringueiros e comunidades em áreas protegidas desempenham tradicionalmente um papel fundamental na conservação dos estoques de carbono florestal. Grupos que reduzem ativamente o desmatamento ao longo da fronteira agrícola incluem agricultores e pecuaristas. Assim, a abordagem do REM para a repartição de benefícios procura equi-

librar os incentivos entre as ações:

- De proteger e conservar florestas em pé e reservas de carbono, embora não necessariamente sob ameaça imediata. Esta abordagem é referida como conservação do "estoque" e recompensa os protetores da floresta;
- Abordar as causas do desmatamento e reduzir o desmatamento e o fluxo de emissões ainda mais. Este enfoque é referido como "fluxo" e fornece incentivos aos atores ao longo da fronteira agrícola que se esforçam para reduzir o desmatamento.

O SISA fornece o quadro programático para a distribuição de fundos entre diferentes programas, iniciativas e instituições. Em vez de canalizar incentivos e atribuir contribuições de cada proprietário ou unidade territorial, os incentivos são desembolsados através de subprogramas que visam diferentes grupos beneficiários. A maioria das medidas apoiadas já estavam em vigor antes da criação do SISA. Os fundos do REM catalisam e aceleram a sua implementação e ajudam a aumentar a escala e o impacto dos subprogramas.



"O REM define um novo exemplo através do financiamento baseado em resultados, porque nos permite de ir além do financiamento em pequena escala de iniciativas individuais para a catalisação do apoio a planos de ação centrais. Isto por sua vez pode consolidar nossos esforços para reduzir o desmatamento e melhorar os meios de subsistência. proteção rigorosa e proibições por si só não seria viável em áreas rurais pobres. Os incentivos vêm na hora certa."

Magaly Medeiros - Diretora do Instituto de Mudanças Climáticas e Regulação de Serviços Ambientais (IMC), governo do Estado do Acre



"O Programa REM é a mudança de pensamento na vida das comunidades, dos ribeirinhos, dos seringueiros, dos indígenas e na vida da sociedade civil como um todo".

Adelaide Fátima Oliveira - Coordenadora da Comissão Estadual de Validação e Acompanhamento do SISA (CEVA)

"O dinheiro do REM realmente chega até as comunidades, nos cantos mais distantes do Acre, no fundo da floresta. Isso tem um impacto direto nos rendimentos dos seringueiros, na sua produção sustentável e na prevenção do desmatamento".

José Rodrigues de Araújo - Coordenador do Conselho Nacional das Populações Tradicionais, Acre



Que subprogramas e medidas estão sendo financiados através do Programa REM?

Agricultura sustentável / Cadeias de valor

O Programa REM apoia agricultores, cooperativas e associações de agricultores com as seguintes medidas:

- Acordos com os produtores para que se abstenham de desmatamento adicional em troca de apoio direcionado à produção sustentável
- Implementação de sistemas de produção agroflorestais, agricultura sem o uso de fogo e mecanização de baixo impacto
- Processamento, valorização e comercialização de produtos agrícolas

Indicador/Meta*: 6509 famílias de agricultores se beneficiaram (Linha de base: 1250, Meta: 6000)



Reservas Extrativistas

O Programa REM apoia reservas extrativistas (RESEX) e comunidades dependentes das florestas com as seguintes medidas:

- Processamento e comercialização por cooperativas de pequenos produtores que organizam a produção de borracha, castanhas e outros produtos florestais não-madeireiros (mel, frutas, óleos e nozes)
- Incentivo de preços para a comercialização de borracha nativa (veja na próxima página)
- Plantação de sistemas agroflorestais priorizando seringueira em áreas já desmatadas
- Apoio à logística e transporte de produção de látex de borracha nativa para a fábrica estadual de preservativos
- Manejo florestal comunitário
- Empresários de processamento de madeira de pequena escala que utilizam madeira florestal comunitária

Indicador / Meta *: Mais de 3000 famílias de extrativistas e seringueiros se beneficiaram (Linha de base: 500, Meta: 1400)



Comunidades Indígenas

O Programa REM apoia comunidades indígenas com as seguintes medidas:

- Subsídios para 149 agentes agroflorestais indígenas que implementam ações para proteger os territórios de seus Povos e promover atividades de manejo sustentável dentro e fora de seus territórios
- Treinamento de 50 novos agentes agroflorestais indígenas
- Subsídios às organizações para a implementação de planos de gestão em terras indígenas e atividades de patrimônio cultural
- Edital para apresentação de propostas de organizações indígenas
- Desenvolvimento participativo de um subprograma indígena do SISA
- Apoio para 25 das 36 terras indígenas no Acre

Indicador/Meta*: 6997 beneficiários de povos indígenas (Linha de base: 500, Meta: 2000)



Pecuária diversificada sustentável

O Programa REM apoia cooperativas, associações de agricultores e entidades individuais com as seguintes medidas:

- Mecanização e manejo sustentável de pastagens
- Acordos com os produtores para que se abstenham de desmatamento adicional em troca de apoio direcionado à produção sustentável
- Recuperação de pastagens degradadas
- Projetos pilotos sobre métodos agropastoris e agrosilvipastoris
- Desenvolvimento de piscicultura em áreas já desmatadas com foco na produção de peixe em pequena escala

Indicador/Meta*: 4502 famílias de agricultores se beneficiaram (Linha de base: 46, Meta: 600)

Fortalecimento institucional do sistema SISA

O REM apoia o governo do Estado do Acre no fortalecimento e desenvolvimento do SISA

- Monitoramento e controle ambiental nas áreas prioritárias, incluindo a força-tarefa interinstitucional de controle do desmatamento
- Atualização do plano estadual de prevenção e controle do desmatamento e queimadas
- Regularização fundiária em áreas prioritárias
- Melhoria das estimativas de biomassa e monitoramento da degradação
- Publicação bianual do inventário estadual de gases de efeito estufa na Amazônia brasileira
- Estruturação e desenvolvimento do SISA (incluindo alinhamento da contabilidade de carbono e registro no Infohub Brasil)
- Mecanismos de governança e participação: CEVA, Grupos de Trabalho dos Povos Indígenas e de Gênero
- Desenvolvimento de novos componentes de repartição de benefícios, programas e subprogramas do SISA
- Acompanhamento e cumprimento das salvaguardas
- Gestão e intercâmbio de conhecimentos
- Divulgação do SISA
- Acompanhamento de programas, auditorias financeiras e avaliações técnicas



Exemplos de benefícios para os agentes locais

Aumento de preços para produtos florestais: Compensar os serviços ambientais nas cadeias de valor

Em 1999, a “Lei Chico Mendes” foi aprovada no Acre, permitindo o pagamento de serviços ambientais por meio de uma subvenção dos preços para os produtos florestais. Principalmente voltada para a borracha, a intenção era fornecer um incentivo para os seringueiros, que estavam cada vez mais sob pressão para desmatar ou deixar as áreas florestais com o declínio da economia da borracha.

Embora o impacto de um aumento do preço apenas para a borracha tivesse sido insignificante, devido à tendência decrescente do mercado, foram feitos investimentos em toda a cadeia de valor da borracha, ligados a novos métodos de colheita, armazenagem e processamento, bem como ao fortalecimento das cooperativas. Além disso, foram desenvolvidos novos modelos de negócio: foi construída uma fábrica de látex e preservativos e foram celebrados contratos com o Ministério da Saúde para a aquisição de “preservativos de borracha natural do Acre” para campanhas nacionais de saúde e foram abertos canais de comercialização para a indústria da moda. Esse esforço integrado contribuiu para níveis mais cons-

tantes de produção de borracha e geração de renda, especialmente em algumas áreas onde vivem os seringueiros que estão ameaçados pelo desmatamento.

O Programa REM contribui de várias maneiras: i) fornecendo fundos para a maior parte da atual margem de preço ambiental; ii) apoiando a logística e o transporte da borracha coletada para fora da floresta; e iii) financiando o plantio de pequenas plantações de seringueiras em áreas já desmatadas. Em geral, isso suporta o aumento da produção de preservativos na fábrica e reduz os custos de mão-de-obra pelos seringueiros (em comparação com a extração de borracha de árvores dispersas na floresta). Especialmente os seringueiros mais jovens estão mais interessados em plantar seringueiras. O Programa REM também fornece recursos para testar margens de preços em outras cadeias de valor baseadas na floresta (por exemplo, nozes de “Murmuru”) como forma de diversificar e ampliar essa forma de pagamento por serviços ambientais ligados a bens florestais e apoiar a viabilidade da produção por comunidades dependentes da floresta.



“Piscicultura trouxe várias oportunidades para mim e minha família, além de ser nosso alimento, fonte de renda e sustento. É muito melhor do que a criação de gado: os retornos que tivemos com a piscicultura em um ano foram duas vezes mais altos do que os retornos que tivemos com 40 bovinos em três anos”.

Jaira Silva, Presidente da Cooperativa “Coopergrãos”



Lições aprendidas

O Programa REM está operando no Acre desde o final de 2012, quando foi realizada a primeira remuneração de resultados de redução do desmatamento. Com cinco anos de experiência de implementação, uma série de elementos pode ser identificada como essencial para a implementação do Programa REM no Acre:

- Liderança política: vontade política para prosseguir com uma agenda voltada para a sustentabilidade, conservação florestal e REDD+.
- Implementação programática: O Programa REM baseia-se no robusto conjunto de políticas e estruturas de implementação relacionadas que foram estabelecidas no Acre, trazendo várias vantagens.
- O Programa REM não foi criado como um projeto separado que precisa ser gerenciado como um projeto tradicional a ser desenvolvido desde o início pelo governo do Estado. Em vez disso, foi **inteiramente integrado nas estruturas e programas existentes**, permitindo uma maior cobertura e uma implementação rápida e abrangente.
- A implementação através de um sistema inovador de serviços ambientais (SISA) que canaliza os recursos do Programa REM para as ações, permite que o financiamento baseado em resultados **atinja os beneficiários de forma direta e eficiente**.
 - » A utilização de programas para a repartição de benefícios é particularmente apropriada na ausência de estruturas de monitoramento e finan-

ciamento que possam canalizar recursos para proprietários individuais (por exemplo, pagamento operacional para programas de serviços ambientais).

- » **Equidade na repartição de benefícios:** no âmbito do Programa REM no Acre, 70% dos fundos BMZ e 90% dos fundos BMUB beneficiam diretamente as partes interessadas no nível local, contribuindo para a alta sustentabilidade social e política.
- **Abordagem de estoque e fluxo:** Ao recompensar os grupos de atores que contribuem tanto para proteger as florestas (estoques) como para reduzir o desmatamento (fluxo), pode ser alcançado um equilíbrio equitativo, eficiente e efetivo na dinâmica muitas vezes

conflitante do uso da terra.

- **Flexibilidade:** embora alocados para programas específicos, os fundos REM permanecem relativamente flexíveis e podem ser usados estrategicamente, por exemplo, para lidar com mudanças nos padrões de desmatamento. Como exemplo, o REM apoiou uma força-tarefa para lidar com pontos críticos de desmatamento depois que o desmatamento aumentou ligeiramente em 2014.
- **Participação:** no contexto do SISA e REM, a criação da CEVA tem sido fundamental para a institucionalização das consultas e o envolvimento ativo dos atores da sociedade civil. Embora o seu funcionamento ainda possa ser melhorado, a participação no desenho, na implementação e no monitoramento do SISA

tornou-se parte do cenário político e da rotina do SISA.

Elementos que apresentam riscos, precisam de uma análise mais aprofundada ou podem ser melhorados no futuro incluem o seguinte:

- Alta complexidade: apesar das altas capacidades dentro do governo do Estado do Acre, a implementação de REDD+ continua exigindo requisitos técnicos e operacionais (por exemplo, MRV, contabilidade de carbono, mecanismo REDD+ e salvaguardas).
- Base conceitual do financiamento baseado nos resultados e da repartição de benefícios: na realidade operacional da implementação diária é difícil manter o foco nos elementos conceitual-

mente desafiadores do desenho do programa.

- Necessidade de gestão adaptativa: como o desmatamento é um processo dinâmico e o ambiente político e ecológico sujeito a alterações, a abordagem e as medidas sobre como reduzir o desmatamento e conservar as florestas precisam ser constantemente revisadas e adaptadas.
- Segmentação versus pulverização de fundos: dado o risco de que os fundos limitados sejam utilizados para uma variedade de fins, é necessário manter um foco estratégico, de acordo com os subprogramas, bem como com as abordagens de estoque e fluxo. O enfrentamento de riscos climáticos (por exemplo, secas,

inundações) com recursos limitados, representa desafios adicionais para manter um foco programático que beneficia as partes interessadas no nível local.

- Operando em regiões de florestas tropicais: distâncias que parecem pequenas no mapa representam enormes desafios logísticos em ambientes de floresta tropical. Como muitas vezes pequenas distâncias podem significar um longo tempo de viagem (por exemplo, 100 km em cinco dias de barco), operando em áreas florestais remotas complica-se a implementação e monitoramento de programas.
- Capacidades de administração no nível local: apesar das melhorias significativas

verificadas na última década, a capacidade de administrar fundos pelas organizações de produtores e, especialmente, pelas organizações indígenas, continua limitada. Isso resulta em um desembolso mais lento para esses grupos do que o desejado, bem como a necessidade de maior apoio administrativo pelo gerenciamento do programa para essas organizações.

- Demanda de RE ainda lenta: em um contexto onde os resultados de RE excedem os fundos disponíveis, o objetivo era que o financiamento adicional baseado em resultados por outras fontes complementasse o financiamento do REM. Isso está se materializando muito mais





Liderança brasileira na política REDD+

O Brasil é internacionalmente reconhecido por reduzir o desmatamento na Amazônia em uma escala sem precedentes, em grande parte devido à implementação do Plano de Ação Inter-setorial para Prevenir e Combater o Desmatamento na Amazônia (PPCDAM) e os planos análogos em nível estadual. Em 2008, o Brasil criou o primeiro Mecanismo Nacional de Financiamento para programas REDD+, o Fundo Amazônia, que é administrado pelo Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES).

Em 2015, como o primeiro país do mundo, o Brasil cumpriu plenamente os requisitos da UNFCCC para receber pagamentos baseados em resultados dentro do Marco de Varsóvia para o REDD+. O país conta com um sistema avançado de monitoramento florestal, apresentou um Nível de Referência de Emissões Florestais (FREL), bem como um Resumo de Salvaguardas para a UNFCCC e publicou uma estratégia nacional para REDD+. Em 2016 foi instituída a Comissão Nacional para REDD+ (CONAREDD+), com a participação de representantes do governo e da sociedade civil.

Importância e Perspectivas

O Brasil é um precursor no desenvolvimento internacional de REDD+ e conseguiu reduzir significativamente o desmatamento na última década. O Estado do Acre é um pioneiro global em conservação florestal, com seu quadro inovador de políticas e programas ambientais voltados para o fortalecimento dos meios de vida com base nos recursos florestais. Para sustentar e ampliar as conquistas de redução do desmatamento, o governo do Estado do Acre e a República Federal da Alemanha criaram um acordo de remuneração baseado em desempenho. No início em 2012, esta parceria foi a primeira desta natureza, recompensando uma jurisdição estadual por seus resultados na redução do desmatamento em alinhamento com as políticas nacionais. O mecanismo apoia o fortalecimento institucional do Sistema de Incentivos a Serviços Ambientais (SISA), bem como a implementação e expansão de subprogramas para tratar de forma eficaz e equitativa as causas de desmatamento.

No nível internacional, o Acre emergiu como um exemplo que vários países e jurisdições estaduais observam e têm visitado enquanto estão cons-

truindo seus próprios sistemas de REDD+.

O desafio para o Acre, como para outras jurisdições estaduais na Amazônia brasileira, será de consolidar e continuar a tendência decrescente no desmatamento e a criação de incentivos positivos para este processo. Isto torna-se cada vez mais difícil, uma vez que o desmatamento remanescente é mais disperso entre milhares de produtores de médio e pequeno porte, que são mais difíceis de monitorar e alcançar com medidas de apoio. Nesse contexto, o financiamento baseado em resultados é uma ferramenta adicional bem-vinda para os formuladores de políticas para equilibrar o desenvolvimento agrícola e a geração de renda com a necessidade de manter e restaurar os serviços ecossistêmicos que as florestas fornecem ao Acre, ao Brasil e ao mundo inteiro, e ao mesmo tempo promovendo os meios de vida tradicionais dos Povos Indígenas. Reduzir o desmatamento, ao mesmo tempo em que sustenta meios de vida e desenvolvimento rural de baixo carbono, é um elemento importante para alcançar esse equilíbrio, tanto para o Acre quanto para seus parceiros internacionais.



Contatos:

Magaly Medeiros

Diretora Presidente, Instituto de Mudanças Climáticas e Regulação de Serviços Ambientais (IMC), Governo do Estado do Acre
Email: gabinete.imc@ac.gov.br
IMC webpage: <http://www.imc.ac.gov.br>

Dr. Christiane Ehringhaus

Coordenadora, Programa REDD Early Movers (REM), KfW
Email: Christiane.Ehringhaus@kfw.de

Publicado por

Instituto de Mudanças Climáticas e
Regulação de Serviços Ambientais-IMC

Rua das Acácias, 279.
Distrito Industrial
CEP: 69929-175
Rio Branco-Acre, Brasil





Federal Ministry for the
Environment, Nature Conservation,
Building and Nuclear Safety



Federal Ministry
for Economic Cooperation
and Development

KFW

Novo Acre 
Governo parceiro, povo empreendedor.

